

MARIANA FERNANDES marianafernandes.df@cbnet.com.br

PAPO DE CONCURSEIRO

Acompanhe as notícias de concursos em blogs.correiobrasileNSE.com.br/papodeconcurseiro

Rodrigo Nunes/Esp. CB/D.A Press



Edital para a Educação à vista

A Secretaria de Educação do DF pode abrir um novo concurso ainda neste ano. A informação foi confirmada pelo subsecretário de Gestão de Pessoas da pasta, Idalmo Santos, em entrevista à coluna. Segundo ele, o certame já está autorizado e existe previsão de que as nomeações ocorram em 2022. No momento, a secretaria busca formar uma equipe de trabalho para organizar a seleção e estuda também as carências do órgão para definir quais cargos oferecer. Mas, o subsecretário adiantou que, além de vagas para professores, o certame pode trazer chances para orientadores educacionais e analistas em educação. Além disso, a pasta analisa a criação de um novo cargo de especialista. Esse profissional terá formação em licenciatura, poderá atuar como coordenador pedagógico, mas também em outras atividades que não são de regência de classe, como na área central e intermediária da secretaria.

Concurso nacional

A Agência Nacional de Mineração (ANM) encaminhou ao Ministério da Economia um pedido de autorização para realizar dois concursos públicos para servidores efetivos que juntos somam 190 vagas. Um certame visa preencher 40 vagas para o cargo de segurança de barragens e, o outro, 150 chances na carreira de especialista. Atualmente, a agência está com processo seletivo em andamento para contratação de 40 profissionais temporários. A seleção exige nível superior e oferece salário de R\$ 8.300. As provas serão aplicadas no próximo domingo.

Vinicius Cardoso Vieira/Esp. CB/D.A Press



Novo concurso do TJDFT em estudo

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) confirmou a intenção de viabilizar um novo concurso para efetivos e antecipou que está fazendo um levantamento de cargos vagos e especialidades. Mas, ao que tudo indica, o edital ainda vai demorar para dar o ar da graça. Isso porque, apesar das tratativas sobre o tema, o processo não chegou sequer à fase de contratação de banca examinadora. Assim, o próprio órgão informou à coluna que entende que não haverá tempo hábil para realização desse concurso ainda em 2021, e frisou: “estamos apenas no levantamento de necessidades”. De qualquer forma, esse é o primeiro passo para abertura do concurso público. O tribunal ainda terá que verificar a disponibilidade orçamentária, elaborar o edital e realizar a licitação para contratar a banca organizadora. A informação também foi confirmada recentemente pelo presidente do TJDFT, Romeu Gonzaga Neiva. Segundo ele, com a mudança do atendimento para o ambiente virtual e com servidores trabalhando de casa, algumas carreiras ficaram obsoletas e, com isso, há a necessidade de novos concursos para técnicos e também para magistrados.

Quem quer ser promotor?

Um novo concurso público para o Ministério Público de Goiás ganhou força e deve ter preparativos agilizados. Nesta semana, o procurador-geral de Justiça do Estado determinou a realização deste novo edital. O certame será destinado ao provimento de 39 vagas de promotor de Justiça substituto. A realização do concurso visa atender à necessidade de prover os cargos vagos, de forma a “possibilitar o regular funcionamento e a continuidade dos serviços prestados pela instituição”. Como providência inicial, foi determinada a comunicação da abertura do concurso ao Conselho Superior do MP (CSMP), a quem cabe aprovar o edital.

PRF/Divulgação



Gabaritos hoje

Após uma verdadeira novela que tentou barrar a aplicação de provas do concurso da Polícia Rodoviária Federal (PRF), finalmente os candidatos realizaram os exames no último domingo. Agora, a ansiedade é pelos gabaritos. De acordo com o Cebraspe, banca organizadora da seleção, as respostas preliminares serão divulgadas hoje. Os recursos contra os gabaritos poderão ser interpostos em 12 e 13 de maio. O concurso oferece 1.500 vagas para o cargo de policial rodoviário federal. O salário inicial de profissionais da PRF é de R\$ 9.899,88, para jornada de trabalho de 40 horas por semana.

IBGE/Divulgação



IBGE

As últimas provas dos processos seletivos simplificados do IBGE que ao todo ofereceram 6.500 vagas, serão realizadas no próximo domingo, no Rio de Janeiro. Desta vez, farão os exames, candidatos à seleção com 300 vagas para cargos de agentes de pesquisas por telefone. A aplicação será das 13h às 17h e o candidato pode consultar seu local de prova no site da banca organizadora, o Cebraspe, a partir de hoje. Ao todo, o instituto ofereceu 5.623 vagas para agente de pesquisas e mapeamento, 552 para supervisor de coleta e qualidade, com chances em todos os estados do país. E, 300 vagas para agente de pesquisas por telefone e 25 para supervisor de pesquisas, para atuação no Rio de Janeiro.

Marcos Santos/USP Imagens



Atenção, concurseiros do DF

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) está com inscrições abertas para cargos de assistentes, de nível médio, e analistas de negócios internacionais, de nível superior. O edital oferta uma vaga imediata, mas haverá formação de cadastro de reserva. Os aprovados serão lotados em Brasília. O salário varia entre R\$ 2.826,69 e R\$ 7.654,75. Os interessados poderão se inscrever até as 18h de 31 de maio, pelo site do Cebraspe (www.cebraspe.org.br). A taxa de participação varia de R\$ 64,22 a R\$ 82,57. A primeira etapa, composta por provas objetivas e discursivas, será aplicada em 20 de junho.

Polícia Federal / Reprodução



E a prova da PF?

Até o momento, as provas do concurso com 1.500 vagas da Polícia Federal (PF) estão confirmadas para 23 de maio. Mas, é possível que haja muita reviravolta. O advogado José Moura Neto, o mesmo que lutou para o adiamento dos exames da PRF, já informou que está se movimentando para solicitar a suspensão da etapa presencial, devido à pandemia de covid-19. Já de acordo com o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Luís Boudens, o calendário oficial deve ser mantido. Segundo ele, a corporação está se esforçando para que as datas não sejam alteradas.

RACISMO / Após divulgar vaga para candidatos negros em grupo no WhatsApp, advogado Max Telesca recebeu de colegas respostas debochadas e irônicas, diminuindo a iniciativa. Secretaria de Justiça e OAB-DF acompanham a ocorrência

Mensagens viram caso de polícia

» ANA ISABEL MANSUR

O advogado Max Telesca, do escritório Telesca e Advogados Associados, registrou, ontem, ocorrência na Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (Decrin-DF), por injúrias raciais após a divulgação de uma vaga de estágio exclusiva para candidatos negros. O caso ocorreu no sábado. Segundo o advogado, os próximos passos incluem a representação da matéria no Ministério Público. “E também na delegacia, para onde traremos mais elementos para o inquérito. Apesar de ter mais de 20 anos de advocacia e trabalhar na área de direito penal, essa pauta é em outro polo, na pauta inclusiva e de afirmação dos direitos da comunidade negra, principalmente dentro da advocacia”, ressaltou Telesca.

O caso está sendo acompanhado pela Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF). A Comissão de Igualdade Racial da ordem se reuniu na noite de ontem para a apuração da ocorrência e construção de peça de denúncia, a ser encaminhada ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB. A diretora de Igualdade Racial da Ordem, a advogada Josefina Serra dos Santos, acompanhou o registro da denúncia na Decrin e não se surpreendeu com a ocorrência. “Infelizmente, estamos em uma so-

Material cedido ao Correio



Advogados criticaram vaga de estágio exclusiva para negros, afirmando que configurava discriminação. Outros reagiram com ironia e racismo

cidade racista. O que me deixa triste é que são advogados, pessoas conhecedoras de direitos humanos e sociais, cometendo esse tipo de crime. Como conhecedores da Justiça cometem esse ato tão violento? Como advogada, mulher e negra, fico muito triste com meus colegas. A advocacia do DF é composta por 40% de negros e negras. O que aconteceu nesse grupo é inaceitável, é decepcionante”, lamentou.

O Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus), também está acompanhando o caso. “Entendemos que o ocorrido é crime de racismo. A delegada pediu a complementação

de algumas informações, o que será feito, mas, mais do que isso, nossa ação vale para afirmar o conselho como canal de denúncia. Vamos acompanhar esse caso até sua elucidação final e reforçar que não devemos ser caracterizados ou diversificados pela condição social, cor da pele, gênero nem orientação sexual, muito menos dentro da OAB. Em um momento em que a própria ordem está debatendo sistema de cotas em relação à raça e ao gênero, nos deparamos com um caso atípico, daqueles que deveriam, de fato, promover e exercer sua função judicante, não fomentar, de forma recreativa, o ra-

Material cedido ao Correio



cismo. Isso é crime e deve ser apurado. Aqueles que o cometeram sabem muito bem disso, porque são profissionais do direito”, destacou Diego Moreno de Assis, subsecretário de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial e presidente do Conselho de Direitos Humanos da Sejus.

As ofensas não ficaram limitadas à esfera racial. Para atingir o autor da iniciativa inclusiva, um dos advogados ofendeu a esposa de Max Telesca. “Uma pessoa do grupo disse que eu tinha caráter duvidoso. Quis desestabilizá-lo. Max é humanista e faz a inclusão na prática. Já fizemos seleção para admitir pessoas trans, mulheres e

LGBTs. Agora, a seleção para pessoas negras, cuja prova de seleção será na quarta (amanhã)”, contou Romaly de Carvalho, esposa do advogado. “É uma surpresa termos recebido tantas críticas de um conjunto de advogados que, presumimos, tem conhecimento da lei e sabe que discriminação racial é crime. Estamos tentando fazer ajuste nessas injustiças sociais que existem, em um momento em que a inclusão racial e social é importante para que crescamos enquanto democracia”, complementou.

Entenda

No sábado, Max Telesca publicou em grupos de WhatsApp,

» Denúncias raciais

» Ouvidoria do GDF, por meio do telefone 156

» Disque Direitos Humanos, linha nacional, no Disque 100

» Subsecretaria de Direitos Humanos do GDF: 3213-3613 ou 3213-06.09

» OAB-DF, no e-mail sgc@oabdf.com

compostos por outros advogados, uma vaga de estágio exclusiva para candidatos negros. Após o anúncio, alguns advogados que participam dos grupos criticaram a iniciativa, afirmando que configurava tratamento discriminatório. Outros integrantes dos grupos reagiram com piadas racistas e comentários irônicos.

Em 2020, a OAB-DF lançou a campanha “Racismo não é mal-entendido; racismo é crime”. A ação deste ano, a ser lançada na próxima quinta, dia em que foi assinada no Brasil, em 1888, a libertação dos escravos, terá como mote a não abolição da escravatura.